

----- REUNIÃO DE CONTINUAÇÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ALVALADE INICIADA NO DIA DEZOITO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS -----

----- ATA NÚMERO DEZASSETE -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e vinte e três reuniu, no Auditório sito na Rua Conde de Arnosso número cinco-B, Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, sob a presidência do seu Presidente, José Luis de Rezende Moreira da Silva, coadjuvado por Teresa Alexandra de Campos Aguiar Gameiro, Primeira Secretária, e por Maria Regina da Costa Moreira Lagoá de Araújo Santos, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – José Pedro Pires Ferreira, José Alberto da Conceição Reis, Mário Joaquim Gomes Branco, Susana Marina Soares Paulo, Rita Amélia de Freitas Cavaleiro Madeira e Vanessa Ferreira Magalhães Rebelo de Sousa. -----

----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – Ana Raquel da Silva Vidreiro Nogueira Pelicano e Noélia do Carmo Sezões Gafanha. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Filipe Bento Damasceno Monteiro Moreno e Paulo Carrapatoso Bordalo Amado. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – Sérgio Machado Morais de Oliveira e Aquino José Mário de Noronha. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – André Rui Dantas Carvalho. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** - Manuel Aires de Matos Almeida dos Santos. -----

----- **Do Movimento “Mudar Alvalade” (MMA)** – Nuno Miguel Soares Gago Dourado Eusébio. -----

----- **Do Partido “Chega” (Chega)** - José Augusto Vaz. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Miguel Ângelo Ribeiro Henriques, que justificou a sua ausência e foi substituído por Noélia Gafanha. -----

----- Carlos Roque do Rosário Rêgo, que justificou a sua ausência e foi substituído por Paulo Amado. -----

----- Margarida Alexandre do Nascimento Afonso, que justificou a sua ausência e foi substituída por Vanessa de Sousa. -----

----- Frederico Jorge de Passos e Castro Fernandes Lira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Aquino de Noronha. -----

----- José Leonardo Baptista Rodrigues, que justificou a sua ausência e foi substituído por André Carvalho. -----

----- Nuno Manuel Pires Caiola Marçal Lopes, que justificou a sua ausência e foi substituído por Nuno Eusébio. -----

----- Às vinte e uma horas e dez minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião, dando continuação ao -----

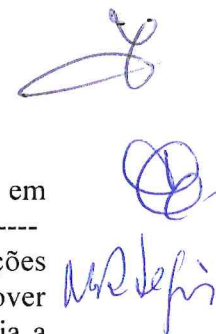
----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA (continuação) -----

----- **Ponto 4 – Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Junta de Freguesia;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. --

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a apresentação da informação escrita estava prevista na Lei, em todas as Freguesias. -----

----- Para além das atividades que iam sendo elencadas no documento e que, na generalidade, eram elaboradas com a colaboração dos serviços competentes da Junta de Freguesia, queria destacar que as atividades da Junta de Freguesia visavam, como não



podia ser de outra maneira, dar cumprimento aos compromissos assumidos e, em particular, ao Plano de Atividades que foi aprovado pela Assembleia. -----

----- Comprometeram-se em aprofundar as parcerias e a cooperação com instituições públicas e privadas para a concretização de projetos que fossem adequados a promover maior produção artística e cultural na Freguesia de Alvalade. Nesse sentido, referia a requalificação de alguns edifícios, nomeadamente o da Moniz Barreto, e mais recentemente, através das relações com centros sociais e paroquiais da Freguesia. Havia um projeto que já estava em desenvolvimento e que foi apresentado em reuniões específicas para o efeito à CML, e que tinha a ver com a requalificação do auditório da Igreja de São João de Brito, com vista à criação de mais um espaço, que permitisse aumentar a realização de projetos culturais e artísticos na Freguesia de Alvalade. -----

----- Nesse contexto, já podia adiantar que o projeto havia sido acolhido favoravelmente e tinham a garantia que a CML iria apoiar o projeto, que seria muito em breve concretizado.-----

----- Nos domínios da política de educação, comprometeram-se e começaram a aprofundar as atividades artísticas na vertente educativa e a estimular o interesse das crianças e dos jovens pela cultura na ligação ao meio escolar. Nesse sentido, estavam também em condições de garantir a continuidade do projeto de educação artística no ensino básico, nas escolas do ensino básico de Alvalade, e a alargar o desenvolvimento do projeto “*Crescer com a Música*” do primeiro ciclo do ensino básico.-----

----- Também se comprometeram a estimular o gosto e a curiosidade pela ciência, através da inclusão nas aulas práticas, de ciência, biologia, geologia, físico-química, ambiente, ecologia e saúde. Nesse sentido, também podia já garantir o desenvolvimento e o aprofundamento deste projeto.-----

----- Nos domínios da política da ação social, comprometeram-se a estabelecer parcerias com instituições competentes para o desenvolvimento de projetos, que visassem a adoção de medidas preventivas de isolamento e de exclusão, e nesse sentido, já desenvolveram as reuniões necessárias para o preparar e promover. Estavam agora na fase de - não gostando muito da palavra - implementação dessas ações com parceiros credíveis e, nomeadamente, com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, para começar já, assim esperava, no próximo ano letivo, a partir de setembro, com ações de formação e de cursos, para desenvolver competências específicas, para habilitar profissionais de cuidados a pessoas idosas, formando técnicos, que assegurassem acompanhamento permanente. Foi isso que se comprometeram, nas residências, aquilo que se poderia designar por assistentes permanentes.-----

----- Nos domínios ainda da ação social, como também estava previsto no Plano de Atividades, já deram os passos e as reuniões necessárias para a criação de uma universidade sénior de Alvalade, que deveria estar pronta para iniciar no próximo ano letivo. -----

----- Em relação aos espaços verdes, também se comprometeram a resolver e desenvolver determinados projetos, nomeadamente, no que se referia ao eixo e à placa central de Alvalade, incluindo a requalificação, com a implantação de plantas arbóreas, entre a Praça de Alvalade e o cruzamento da Avenida de Roma com a Avenida Estados Unidos da América. Nesse sentido, podia dizer que, também já com o aval ou com concordância dos serviços competentes da CML, garantiram a requalificação da Praça de Alvalade e o separador central da Avenida Roma. -----

----- Garantiram também um projeto de requalificação da infraestrutura do Parque José Gomes Ferreira, na Quinta do Narigão.-----

----- No domínio do espaço público, já preparou as necessárias propostas de implantação de medidas de acalmia de tráfego, também já com a concordância dos

serviços competentes da CML. Como também, a repavimentação de pavimentos pedonais na Avenida Rio de Janeiro, no troço entre a Avenida do Brasil e o Largo Frei Heitor Pinto. -----

----- Estava já igualmente incluído, nas propostas que foram acolhidas pelos serviços da CML, a requalificação de espaços verdes na zona envolvente à EB1 do Bairro de São Miguel e da Praça Francisco Morais e ainda a requalificação do espaço público e o logradouro dos Coruchéus. -----

----- Estava ainda previsto o arranque da requalificação do campo de jogos da Teixeira de Pascoais. -----

----- Ficava disponível para responder às questões. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que tinha quatro questões, umas pareciam mais simples que outras. -----

----- O projeto sobre a prevenção da insuficiência cardíaca, foi realizada uma palestra, gostaria de saber se o projeto era só uma palestra ou incluía mais eventos e que tipo de eventos. -----

----- O projeto BIP-ZIP “*Da escola para a mesa*”, na Escola Dom Luis da Cunha, gostaria de saber exatamente em que consistia e o que estaria a ser feito com as crianças neste momento. -----

----- Perguntou o que era o evento pontual, porque eram referidos cinco eventos pontuais, relacionados com a REMAX. Se isso seria uma forma de fugir ao regulamento de apoios ou se era pontual por outra razão qualquer, mas com cinco eventos já era menos pontual. -----

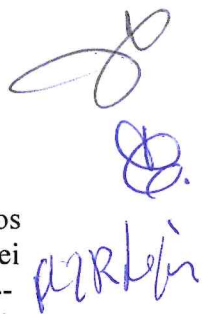
----- Uma questão final era relativa às aquisições de serviços referentes a atividades escolares, apoio ao Vogal Tesoureiro, apoio ao pelouro da educação, apoio ao Executivo, apoio ao pelouro dos direitos sociais, serviços de higiene urbana, consultoria de RH, serviços de deservagem. Perguntou se isto era uma opção política relativamente à forma como a Junta de Freguesia pretendia organizar os recursos humanos, mantendo o mapa de pessoal por preencher e compensar as faltas com prestação de serviços, numa opção pela terceirização dos serviços. -----

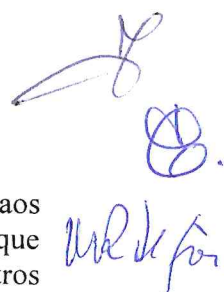
----- No caso específico dos serviços de deservagem, pretendia saber se estavam a falar da aplicação de fitofarmacêuticos ou de corte, se ainda era o método utilizado a aplicação de fitofarmacêuticos e se era esse o serviço contratado, quando falavam dos serviços de deservagem. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse, antes de lhe dar a palavra para uma intervenção, que queria, em nome de todos os Membros da Assembleia Freguesia, que pensava o acompanhariam, felicitar publicamente o Membro Aquino de Noronha pela medalha da Freguesia de Alvalade, que tão bem recebeu no dia anterior, na celebração do dia 25 de Abril, organizada pela Freguesia de Alvalade. Era perfeitamente justo, sendo que já o acompanhava há muitos anos, ainda na antiga Freguesia de São João de Brito. Não podia deixar de se solidarizar e de o aclamar e felicitar por essa medalha tão bem entregue. Dito isto, dava a palavra ao Membro Aquino de Noronha -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Assembleia. No dia anterior tivera ocasião de agradecer ao Senhor Presidente da Junta. Ficava muito lisonjeado e queria partilhar essa homenagem com os seus camaradas da CDU, porque a forma de trabalhar era essa, em coletivo. Eles ajudaram a produzir o trabalho que tinha feito nestes mais de vinte anos de trabalho autárquico. -----

----- Em relação ao Senhor Presidente, já tiveram muitos confrontos políticos, mas saudáveis e queria agradecer também a sua amizade ao longo destes anos todos. -----





----- Tinha algumas perguntas a fazer, sendo que uma já tinha sido feita, em relação aos eventos pontuais da REMAX Prestige. Gostava de saber o que isso era e em que condições, e se esse tipo de apoios seriam no futuro feitos a outras entidades, a outros comerciantes, a outras empresas desse género na Freguesia.-----

----- Na última revista de Alvalade, havia uma referência às intervenções feitas nos parques infantis. Ora, num dos parques infantis que tinham visitado, o da Azinhaga dos Barros, viram que havia uma certa degradação e até parecia estar ao abandono. Inclusivamente, parte da vedação do parque infantil já não existia.-----

----- Outra questão era, apesar da cerimónia do dia anterior ter sido muito bonita e muito elogiada, perguntar por que razão a Junta deixou de fazer iniciativas de celebração do 25 de Abril nas escolas. Já no ano anterior não foi nada feito nesse sentido e era muito importante atualmente, começando pelos mais novos, lembrar e ensinar o que foi o 25 de Abril. Era importante a Junta levar a cabo estas iniciativas.-----

----- Perguntou se a Junta tinha dado apoio às escolas na cedência de transporte.-----

----- Falava-se de um estudo de segurança e perguntava se teriam acesso a esse estudo.-----

----- Sobre o novo site da Junta, tanto quanto se apercebera, ele ainda não estava em plena execução. Perguntou em que situação se encontrava.-----

----- Relativamente aos Coruchéus, saber qual era o ponto de situação em relação às instalações e à coletividade, saber o que foi feito, além da remoção do entulho.-----

----- Perguntou, quem e como, estava a gerir o campo de jogos da Avenida dos Estados Unidos. O cargo tinha estado listado em sites de aluguer de campos.-----

----- Quanto ao mapa de intervenções da higiene urbana, estavam habituados, no passado, a receber mensalmente esses mapas e deixou de ser distribuído. Não constava na informação escrita e deveria passar a constar nas futuras informações escritas.-----

----- O mural do Clube Estrelas de São João de Brito, sabiam que era uma das coletividades mais conhecidas, mais ativas na Freguesia, mas havia outras coletividades. Perguntou se estava previsto, dentro desse tipo de atuação murais, o mesmo para outras coletividades da Freguesia.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Eusébio.-----

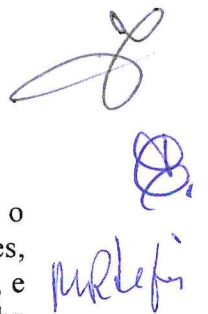
----- **Membro Nuno Eusébio (MMA)** disse que achava interessante como as pessoas ainda se continuavam a interessar pela cidadania e pelo tipo de temas que levavam ali. Era muito importante que a sociedade civil participasse e por isso tinha ingressado neste movimento, que era no fundo um movimento da sociedade civil, um movimento de cidadania.-----

----- Nessa qualidade, queria introduzir uma questão prévia, que tinha que manifestar o seu desagrado, da parte do “Mudar Alvalade”, pela forma como a Assembleia anterior terminou. Já sabiam que houve problemas técnicos, mas de facto continuavam as Assembleias a dar prioridade a assuntos e moções que, no humilde entendimento do MMA, não deviam ser para ali chamadas e que retiravam muito tempo, que era escasso, para tratar dos assuntos que realmente interessavam à Freguesia.-----

----- O 25 de Abril era importante, o 25 de Novembro era importante, a história contemporânea era importantíssima, mas não estavam ali para ter aulas de história contemporânea. Sabiam que isto era quase pregar no deserto, mas atrevia-se a dizer que falava em nome da maior parte das pessoas que estavam lá fora, exagerava-se nisto.-----

----- Pegando nas palavras do Membro da CDU, era importante que se trabalhasse a história contemporânea, era importante celebrar tudo, mas ali estavam para tratar dos assuntos da Freguesia e não era para ocupar o tempo da Assembleia com moções.-----

----- Relativamente ao ponto 4, as atividades da Junta, tinha a ver com o princípio da transparência e que era, no seu entendimento, muita informação clara e de fácil acesso.-



----- No que dizia respeito às atividades da Junta, perdoaria o Senhor Presidente e o Executivo, mas a informação não estava devidamente trabalhada. Partiam de situações, e havia várias em que não tinham acesso a documentação, não tinham acesso a nada, e informação de nada, para o excesso de informação, 57 páginas, que por acaso tinha umas coisas para dizer, mas que o Senhor Presidente Amaral Lopes lhe tinha cortado o “pio”, por assim dizer, porque tinha um poder de síntese fantástico e conseguiu reduzir em muito, o que esperava que fosse uma segunda hecatombe. Passavam das moções para o relatório de atividades da Junta, em tempos foi lido, já não foi lido, e iam para um resumo muito bem feito.-----

----- De qualquer maneira, era importante saber o que a Junta fazia, as atividades da Junta. Não era tão importante saber o que a Junta pensava fazer, porque isso já estava com certeza no programa, estava nas propostas e nisso tudo. O site tinha de ser bem trabalhado, tinha de ser fácil, qualquer pessoa tinha de chegar ali e perceber o que se andava a fazer, e isso não acontecia. Aquilo era uma plêiade de acontecimentos, muito pobre em datas, e passavam da situação de defeito, para a situação de excesso.-----

----- O Senhor Presidente tinha tocado em pontos que eram realmente importantes, como a requalificação do auditório de São João de Brito. Esperava que não fosse mais apenas um projeto.-----

----- A CDU falou na questão da limpeza, e de facto, sobretudo na Praça de Alvalade e na zona do centro comercial, estava outra vez muito complicada. Era bonito ter jacarandás em flor, mas as coisas tinham de ter um tratamento adequado, e acontecia como todos os anos, andavam ali e estava tudo pegajoso, não havia esse cuidado de limpeza. Apesar de haver horas extraordinárias, viam-se sempre os funcionários a trabalhar, mas as coisas não estavam limpas.-----

----- Realmente, não conheciam o estudo de segurança. Era um estudo que os fascinava, porque terminava na Freguesia. Como podia a segurança ou a insegurança terminar na Freguesia?-----

----- O que pedia ao Senhor Presidente da Junta, uma vez que tinha um tão fantástico poder de síntese, era que arranjasse alguém na Junta para pegar nestas páginas, que trabalhasse no sites e que a informação fosse fácil, clara e, sobretudo, concisa, e não este relatório, extenuante, de 57 páginas.-----

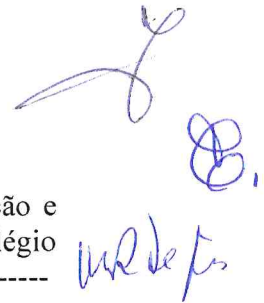
----- Diriam que era “*preso por ter cão e preso por não ter*”, mas, de facto, isto não era informação.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que enquanto fosse Presidente da Mesa continuaria a considerar que o 25 de Abril era uma data que devia ser comemorada pela Freguesia, porque sem ele, não estavam ali.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Manuel dos Santos.-----

----- **Membro Manuel dos Santos (IL)** disse que alguns temas que pretendia falar já tinham sido abordados. Mas gostaria ainda de abordar duas recomendações que já foram apresentadas no passado pela IL, numa ótica também de perceber o estado atual do desenvolvimento dessas mesmas recomendações. Isto, num momento em que, como sabiam, muitas vezes as recomendações eram apresentadas na Assembleia de Freguesia e aprovadas, mas não sabiam ao certo, até que ponto estavam em desenvolvimento, ou não.-----

----- Era nesse sentido que gostaria de perguntar sobre uma das recomendações apresentadas - a de criação de um percurso pedestre e ciclovia entre a Rua das Murtas e a Avenida Santos e Castro - qual era o estado da criação desse percurso, que considerava muito importante, na medida em que facilitava, em muito, a vida dos cidadãos, na passagem entre a Freguesia de Alvalade para a do Lumiar e vice-versa.-----



----- Uma segunda recomendação, estava relacionada com as lombas de sinalização e redução de velocidade na travessia entre o Externato São Vicente de Paulo e o Colégio de Santa Doroteia, também entre a Freguesia de Alvalade e o Lumiar. -----

----- Um outro ponto, que também foi apresentado em recomendação, e que constou nas Grandes Opções do Plano, após uma primeira reunião que tiveram com o Executivo da Junta de Freguesia de Alvalade, prendia-se com a questão do site da Junta. Seria extremamente importante contar, no site, com tudo o que se relacionava com o património imobiliário, com os subsídios, protocolos, recursos humanos, que a Junta de Alvalade dispunha.-----

----- Tinham a indicação que já estava a ser analisado e desenvolvido o site, mas gostariam de saber se havia também uma estimativa, no que se referia a esses conteúdos estarem no ar e acessíveis a todos os cidadãos de Alvalade. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Vaz. -----

----- **Membro José Vaz (Chega)** disse que gostaria de ser informado, na medida do possível, sobre alguns assuntos que já foram ali abordados, mas que não vinham a conhecer o seu desenvolvimento.-----

----- Um, dizia respeito ao reforço da plantação de árvores, que parecia uma coisa fundamental. Sabia que não era agora a época da plantação das árvores, mas devia ser previsto para, no próximo inverno, poderem, nalgumas avenidas em que as árvores estavam já a morrer, serem replantadas. -----

----- Também gostava de saber, sobre a questão do reforço da iluminação pública, que foi falada anteriormente, e que, segundo parecia, havia verbas da União Europeia para se fazer remodelações para iluminação led. Também não teriam começado. -----

----- Relativamente aos guardas-noturnos, sabiam que foram aprovadas, em quase todas as Freguesias, moções para a criação de guardas-noturnos. Não se via a implantação dos mesmos, o que lamentava.-----

----- Quanto ao sistema de videovigilância para proteção das pessoas, também lhe parecia estar parado. -----

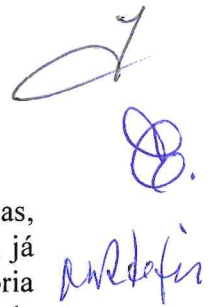
----- Sobre a circulação e estacionamento abusivo das trotinetes, continuavam a estar paradas nos passeios, dificultavam as pessoas com alguma mobilidade mais difícil. Nalguns países já foram abolidas, como foi o caso de Paris. Era bom que, pelo menos, houvesse um regulamento, para poderem estacionar em sítios definidos, caso contrário seriam rebocadas para algum lado e sujeitas a uma penalização qualquer.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que para algumas matérias pediria que pudesse responder o Senhor Vogal Tomás Gonçalves, que tinha o pelouro e conhecia mais aprofundadamente essas matérias. -----

----- Quanto ao projeto de insuficiência cardíaca, foi uma proposta apresentada por uma especialista nessa área e entendeu-se que contemplava não só palestras, mas também ações de sensibilização. Não diria de rastreio, porque não era um equipamento técnico, mas ações de sensibilização e avaliação da situação de insuficiência cardíaca. Depois poderiam apresentar mais documentos, se fosse necessário, a proposta em concreto, a pessoa especialista em concreto, que apresentou isto. Começou com uma palestra, mas tinha atividades programadas para que esta matéria fosse levada em linha de conta, em particular junto de pessoas mais suscetíveis de sofrer desses problemas. -----

----- Sabia que a Vogal Ana Rita acompanhou esta matéria, até por razões de competência profissional e tinha mais informações que poderiam enviar mais detalhadamente para o PS, se assim entendessem necessário.-----



----- Em relação aos recursos humanos, a maioria das situações que ali foram referidas, por acaso tinham razão, era uma crítica. As últimas contratações que tinham feito, já preferia que fossem assumidamente de iniciativa do presente mandato, mas a maioria dos recursos humanos que estavam ali previstos eram ainda renovações que vinham de trás, anuais. Era realmente uma opção da Junta, entendiam que um órgão político tinha algumas funções transitórias, ninguém se eternizava nas funções de Presidente de Junta, era por natureza transitório e temporário. -----

----- Havia projetos que tinham um cunho marcadamente político e isso era assumido plenamente. Portanto, os recursos necessários para os desenvolver, eram também pontuais e transitórios, não tinham de preencher os quadros, nem que os outros a seguir tivessem de herdar esse “fardo”, porque não parecia legítimo. -----

----- Sempre que possível usavam a mobilidade, já chegaram dois funcionários nesse contexto. Pretendia-se outro funcionário, até para colmatar algumas falhas no gabinete jurídico, porque uma anterior jurista, entretanto, assumiu funções com responsabilidade de chefe de divisão e ficaram algumas falhas, mas infelizmente, a pessoa que estava para vir, não a deixaram sair. Iriam tentar colmatar essas falhas, preferencialmente nesse tipo de funções que eram necessárias e permanentes, aplicando as Leis em matéria de recursos humanos na administração pública. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que o BIP-ZIP “*Escola para a Mesa*” era um complemento ao BIP-ZIP que já existia na Freguesia. Foi uma forma de aproveitar a torre que estava instalada no Museu de Lisboa e que serviu de teste para a instalação da horta vertical no parque hortícola Aquilino Ribeiro Machado. Como parceiros, aproveitaram e solicitaram que fosse colocado numa das escolas da Freguesia. -----

----- Os parceiros desse projeto eram a Junta de Freguesia, o Agrupamento de Escolas Virgílio Ferreira, nomeadamente a Escola Dom Luis da Cunha, a Associação Sociedade São Vicente de Paulo, o Banco Alimentar Contra a Fome, o Centro Social e Paroquial do Campo Grande e a Horta FCUL Permalab. Tinha um intuito mais pedagógico, para as crianças aprenderem como funcionava o sistema de agricultura de horta vertical, mas também existiriam à volta da Escola Dom Luis da Cunha hortas horizontais, que permitiriam às crianças terem uma formação na área da auto-sustentabilidade alimentar, para a agricultura e para o consumo próprio, promovendo relações sociais e revitalizando o conceito de vizinhança no bairro. Teria também uma agrofloresta e uma estação de compostagem. -----

----- Permitiria desencadear uma série de atividades didáticas e pedagógicas que iriam proporcionar aos alunos e educadores um contacto direto com processos de cultivo, manutenção, colheita e distribuição. Tinha funções pedagógicas, mais focadas nas crianças, ao contrário do projeto anterior do BIP-ZIP, que estava instalado no parque hortícola. -----

----- Quanto ao tema da REMAX e da promoção no Mercado de Alvalade, eram ações que essa empresa e outras tinham solicitado para fazer promoção e pagavam a taxa de acordo com o regulamento. Já foi feito no passado por outras entidades privadas. -----

----- O parque infantil da Azinhaga dos Barros era um dos que tinham vindo a fazer algumas intervenções, nomeadamente na vedação, que já sofreu atos de vandalismo por mais do que duas vezes. Ao longo dos tempos repunham essas vedações, mas por atos de vandalismo tinham sido retiradas. -----

----- O parque seria intervencionado nos próximos dois meses, com a substituição de alguns equipamentos. Tinha muita utilização e nem sempre da forma mais adequada, e

solicitavam sempre que possível que a Polícia Municipal pudesse fazer a devida fiscalização da utilização desse parque infantil. -----

----- Quanto ao reforço da plantação de árvores, em 2022 foram plantadas pela CML 46 árvores em caldeiras e a Junta teve uma iniciativa, no parque hortícola, de plantação de mais 53 árvores e espécies arbóreas. Em 2023 foi reposta quase a totalidade das caldeiras que estavam vazias pelo Município e havia um projeto de substituição de algumas espécies arbóreas, principalmente na Avenida da Igreja, entre a Praça de Alvalade e o Campo Grande. Substituir algum arvoredo mais antigo por arvoredo mais recente e mais adaptado ao clima da Cidade de Lisboa.-----

----- Em relação às trotinetes, a CML assinou um memorando de entendimento com as operadoras das trotinetes, em que houve um compromisso entre o Município e os vários operadores para reduzir o número de trotinetes existentes em espaço público, reduzir a velocidade e também a criação de locais específicos para o estacionamento dessas trotinetes. Foram chamados os *hotspots* virtuais, quando as pessoas nas suas aplicações utilizavam as trotinetes, sabiam quais eram os locais onde deviam parar. Desde a assinatura desse memorando de entendimento e daquilo que tinha visto na via pública, parecia estarem mais organizadas, mas sabiam que nem sempre as pessoas cumpriam o que estava estipulado. -----

----- O memorando de entendimento tinha a força legal que tinha, não era obrigatório os operadores de trotinetes cumprirem, mas deram a sua palavra e naturalmente que estariam a tentar cumprir ao máximo e quando não cumpriam a Polícia Municipal tinha capacidade de intervenção nesse sentido, na recolha das trotinetes.-----

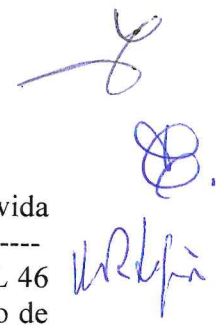
----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

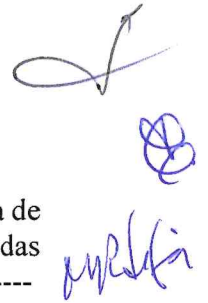
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse, sobre os fitofarmacêuticos, que tinha sido agora informado que se utilizavam essencialmente meios mecânicos, como as roçadoras. Contudo, como não era suficiente, aplicavam também fitofarmacêuticos sem glifosato, produtos que estavam previstos pela legislação e aprovados pela Direção Geral de Alimentação e Veterinária e aplicados por pessoal devidamente formado para o efeito. -----

----- Quanto à CDU, não tinha nada que agradecer, porque as instituições públicas não faziam favores nenhuns, nunca. O objetivo era celebrar a pluralidade da democracia, a diferença de opiniões, o confronto de ideias. Nesse sentido, o 25 de Abril foi construído e construía-se diariamente, por pessoas, não era só um património histórico, que ficava para a perenidade escrito, eram as pessoas que lutavam para que se fizesse todos os dias, que defendiam as suas ideias em confronto, em diversidade. Era a democracia a funcionar, e nesse sentido entenderam que deviam homenagear os representantes dos partidos da Constituinte, que celebraram a Constituição, o PS, PSD, CDS e PCP na altura. Limitaram-se a tornar público um reconhecimento que a comunidade também prestava e, claro, as pessoas que o conheciam, pelo que não era nada para agradecer. Também se procurou associar cidadãos pela sua atividade e cidadania exigente e crítica, que o 25 de Abril proporcionou. Juntaram duas pessoas, uma ligada às causas da justiça e outra ligada à arte, àquela grande expressão da “*canção é uma arma*”. -----

----- Sobre as comemorações nas escolas, já propuseram várias iniciativas às escolas e foram remetidos para o próximo ano letivo, porque o plano de atividades já estava preenchido. Quiseram até fazer alguma coisa em duas escolas que tinham auditórios, nomeadamente o Rainha e o Padre António Vieira, mas não foi possível, porque estavam ocupados. -----

----- Antecipando, estavam a prever, nomeadamente, teatro para públicos mais jovens, durante o programa “*Alvalade em Férias*” e precisamente, para celebrar o 25 de Abril





nessa forma de expressão artística. Outras poderiam ser feitas, por exemplo, a música de uma forma mais acessível, mas isso só iriam fazer com o acordo e a parceria das escolas.-----

----- O “Alvalade em Férias”, apesar de tudo, tinha mais autonomia, um programa em que a Junta de Freguesia propunha e podia fazer, sem estar à espera da disponibilidade dos agupamento escolares.-----

----- Quanto às questões do site, estava de acordo com a maioria das críticas, que era uma grande confusão. Já tinha recebido duas propostas e remetido para trás, queria mais, e na próxima reunião do Executivo levaria a proposta que entendia mais adequada.-----

----- Queriam que o site fosse fácil de recolher informações, como quem eram os prestadores de serviços, porque foram contratados, como foram contratados, que empreitadas se fizeram e porquê, que adjudicações foram feitas, contratos feitos, que património tinham.-----

----- Nada era perfeito, mas parecia completo, e depois da reunião iriam enviar para uma comissão da Assembleia de Freguesia, que tinha como objetivos a ficalização, a transparência e combate à corrupção. Antes de qualquer deliberação sobre essa proposta, contavam com os contributos da Assembleia de Freguesia.-----

----- Quanto ao estudo da segurança, estavam na mesma fase. Tivera algumas reuniões preparatórias com o Vereador da CML sobre essa matéria, que estava ligada também aos projetos de vídeo-segurança, que no mandato anterior já tinha sido debatido na Assembleia Municipal. Eram várias Juntas de Freguesia a pretender que essa medida fosse realizada no mais curto espaço de tempo possível. Pelos relatórios da polícia considerava-se que Alvalade não era prioritário, mas não estavam satisfeitos com isso. -

----- O estudo da segurança, com as dificuldades todas que detetara, também dependia da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, mas iriam adiantar serviço, para apresentar à Câmara uma possível solução, com estudos comparados do que se passava nalgumas Freguesias do País, com reuniões com as associações dos vigilantes, da polícia, etc. Se na próxima semana pudessem discutir isso na reunião do Executivo, depois também enviaria para análise, crítica, o que entendessem, esse estudo. Comprometiam-se também a enviar para a CML, ao Vereador competente, para que de uma vez por todas se tomassem os passos necessários para que essas medidas fossem possíveis do ponto de vista legal.-----

----- O mural foi uma proposta que lhes apareceu. Era uma coisa estranha que acontecia em Portugal, requalificar na rua um muro e a partir dali já não ser requalificado. Acontecia no País muitas dessas situações caricatas. Ao lado do LIDL estava arranjado até à entrada do São João de Brito, a partir daí estava impossibilitado de receber qualquer pintura por cima. Por isso pediram à Câmara, entidade competente, para os ajudar a restaurar o muro.-----

----- Já havia um artista com um projeto, já falaram com o Presidente do Clube, estava tudo acordado, só que enquanto o muro não fosse arranjado era desperdício, não iam pintar aquilo para depois não ter qualidade nenhuma.-----

----- Outros projetos de murais, com certeza, até estavam alguns em vista, e tinham depois que debater com a comissão. Previam um ao Fernando Tordo, por exemplo, que foi homenageado recentemente. Sempre pessoas ligadas às artes e à cultura, porque tinham menos oposição da comunidade. Estavam à espera da solução do escultor para um busto da Maria Barroso e outro da Eunice Munoz, agora pensava-se num para o Diogo Infante e outro para o Lauro António.-----

----- Já reuniram com a Câmara, com o gabinete de arte urbana, para os ajudar a selecionar alguns artistas que tivessem esse reconhecimento e que permitisse tomar decisões mais fundamentadas. -----

----- Sobre os Coruchéus, seguiram a metodologia de fazer um inquérito aos residentes naquela zona e era preocupação garantir que, pelo menos, a associação sénior tivesse as condições adequadas. A parte desportiva teriam de resolver depois, de acordo também com o parecer que fosse obtido para esse processo. Sabia que o inquérito estava concluído, a análise estava a ser feita e pensava que na próxima semana seria entregue o relatório, que dariam a conhecer à comissão da transparência. -----

----- Não queria dizer que ficassem vinculados, obrigatoriamente, mas não fazia sentido nenhum pedir a opinião às pessoas e depois não o respeitar. Iriam, pelo menos, enquadrar as decisões de acordo com as necessidades da comunidade, que, algumas, a Junta tinha obrigação de saber, e os cidadãos, no dia a dia, podiam não ter essa noção, mas iam enquadrar os projetos a decidir de acordo com a informação recolhida dos residentes. -----

----- Era um assunto que dependia também do acordo da CML e já tinham apresentado um pedido que foi acolhido pela Câmara para a requalificação do logradouro dos Coruchéus, que garantia ter um apoio financeiro. Logo que os procedimentos legalmente previstos estivessem concluídos iriam avançar com esse projeto. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que as medidas de redução de velocidade, em concreto a colocada pela IL, se tinha enviado para o Município essa preocupação. As restantes preocupações tinham sido reportadas e até no Plano de Atividades uma delas iria avançar, estava dentro do contrato de delegação de competências que a Junta de Freguesia iria assinar com o Município de Lisboa, nomeadamente, medidas de acalmia de tráfego na Avenida Santa Joana Princesa e na Dom Rodrigo da Cunha. Tinham já orçamento para esse projeto. -----

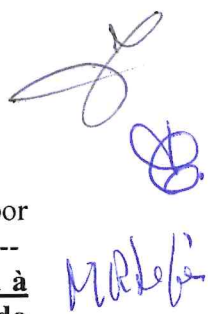
----- Quanto aos outros projetos, estavam a insistir com a direção municipal de mobilidade. Essa seria intervencionada pela Junta de Freguesia e estavam dispostos, assim entendesse também o Município, a fazer as intervenções das outras, desde que tivessem o envelope financeiro para o efeito. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta**, sobre as Murtas, disse que tinham levado lá o Vereador da higiene urbana e também a das obras, porque queriam requalificar o espaço envolvente. Entretanto informaram que até iam pedir a colaboração da Junta para haver uma discussão ou apresentação pública do projeto, que tinha anos, e estava em fase de conclusão-em projeto, o eixo que iria ligar a Alta da Cidade, que passava pelas Murtas e terminava no Campo Grande. -----

----- Era para ali que se previa, à partida, mas estava dependente da discussão pública, até numa lógica de concentrar em Alvalade os principais centros de conhecimento patrimonial arquivados. Já havia a Torre do Tombo e a Biblioteca Nacional, que eram os dois maiores arquivos nacionais, também ter a concentração do maior arquivo municipal existente no País, o da Câmara de Lisboa. Estava previsto que fosse também ali construído um grande edifício, que iria valorizar muito a zona e dar-lhe outra vida. --

----- Não foi a Junta que fez essa proposta, foram os especialistas que andaram a estudar os processos. Havia processos necessários, até de expropriação, etc., por enquanto tinha mau aspeto e não devia manter-se assim, mas diziam que por causa desse projeto não valia a pena avançar com outros pontuais, porque era tudo para ser alterado. -----



----- Não havendo mais questões o Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado. -----

----- **Ponto 5 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 57/2023, relativa à celebração de um protocolo com a Associação Animalife para desenvolvimento do projeto Street-Vet – Vet na Rua;** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esse protocolo esteve suspenso, entretanto foi retomado pela CML e aprovado na Assembleia Municipal. Havia matérias ali bem explícitas, que justificavam uma intervenção de maior proximidade e conhecimento do território, e estavam garantidas ações que tinham em atenção algumas dificuldades económicas. Muitas vezes, as prioridades das famílias eram outras e essa parte da saúde animal não era alcançada, porque as pessoas não tinham meios para isso. Nesse contexto, visava-se colmatar uma insuficiência e estar em articulação com a CML e com essa instituição ANIMALIFE, que já ia desenvolvendo essa atividade antes de estarem na Junta. -----

----- Era a retoma de um processo que já foi deliberado pela Câmara Municipal e em que a Junta de Freguesia era complementar. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que queria reforçar o que foi dito pelo Senhor Presidente da Junta. Este protocolo já tinha sido celebrado no anterior mandato pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia, sendo uma nova versão desse protocolo. --

----- Notava que, finalmente, o gabinete animal voltava a ter atividade, depois do abandono total votado pela Vogal Ana Rita Costenla, apesar de no sítio da internet da Junta continuar a constar como responsável por esse pelouro. -----

----- Era mais um caso que demorou nove meses a encontrar um instrumento para o substituir. -----

----- Saudavam a Vogal Paula Carvalho, que apresentou esta proposta e que tinha pergaminhos na causa animal. -----

----- Relembra o trabalho da ANIMAIS DE RUA com as colónias de gatos, fosse no apoio sanitário, fosse na captura, esterilização e libertação, e cujo protocolo foi abandonado pela Junta de Freguesia, sem alternativa. -----

----- Não sabia se a Senhora Vogal era a nova responsável pelo gabinete animal, embora apresentasse uma proposta nesse sentido, mas, mesmo não sendo, que trouxesse mais iniciativas como esta e que voltasse a desenvolver o gabinete animal. -----

----- Naturalmente votariam a favor. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Eusébio. -----

----- **Membro Nuno Eusébio (MMA)** disse que se iria repetir, as dúvidas eram as mesmas que tiveram em relação a outro tipo de associações que não tinham sede em Alvalade. -----

----- Sabiam que a ANIMALIFE estava integrada num projeto camarário, sabiam também que o dinheiro a ser entregue a essa associação não era muito, questionavam se em Alvalade não teriam outro tipo de associações sem fins lucrativos que pudessem fazer o mesmo tipo de trabalho. -----

----- Daquilo que viam, também não percebiam muito bem se havia alguma articulação entre o trabalho dessa associação com as colónias de cuidadores de animais na Freguesia. -----

----- Pensava não ser asneira ao dizer que não havia muitos cães abandonados, mas tinham vastas colónias de gatos, muitos felinos e muitos cuidadores ad-hoc. Na

informação facultada não se via nada que falasse na articulação dessa questão animal com esses cuidadores. -----

----- O facto de ser pouco dinheiro solicitado, até por isso mesmo, punha em causa o bom resultado, era demasiado pouco para haver algum resultado, e se calhar estavam a perder tempo com uma associação que poderia ser substituída por outra mais local e mais concentrada nos reais problemas da Freguesia. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que este projeto procurava dar resposta a pessoas com vulnerabilidade social, pessoas com dificuldades para responder a este tipo de situações.-----

----- As coisas não eram estanques, havia matérias que era muito difícil pôr em gavetas, que tinham a ver com animais e tinham a ver com a capacidade que as pessoas tinham de cuidar desses animais. Era uma responsabilidade pública, porque, felizmente, a ciência já demonstrou que os animais não eram coisas ou meros objetos transacionáveis, eram seres sensíveis, e quem o dizia eram as melhores faculdades do mundo nessas matérias. -----

----- Este projeto saíu do pelouro social, sem prejuízo da colaboração que continuava a ser da Vogal Ana Rita, porque eram uma equipa. A tentativa, que estava na moda, de fazer esse tipo de separações não iria funcionar, porque eram mesmo uma equipa. -----

----- Não fazia tudo e nem queria, mesmo que quisesse era pretensioso e não conseguia. Seria sempre um trabalho de equipa, as duas coisas eram complementares e quase todo o trabalho que faziam tinha uma parte complementar. Enquanto responsável pela gestão de equipa, devia reconhecer o trabalho, tanto da Vogal Ana Rita Costenla, como da Vogal Paula de Carvalho. -----

----- Era pouco, também achava, mas ainda bem, porque era um complemento da atividade da CML. Claro que resultava sempre em economia de escala, se já havia um projeto e uma instituição. O facto de ser residente em Alvalade, por exemplo a Santa Casa da Misericórdia não tinha sede ali e não era por causa disso que deixavam de colaborar, ou a Cruz Vermelha, etc. Não tinham limites e faziam parte de uma cidade, as fronteiras geográficas não eram o critério que deviam seguir. -----

----- Era pouco, porque não seria para toda a gente. Eram previamente identificadas pelo pelouro de ação social as pessoas que não tinham capacidade para responder a essas necessidades. Não era alguém que, só por desleixo ou despreocupação, por vezes falta de educação no sentido cívico, não fazia as coisas. Era só para as pessoas que queriam fazer e que não podiam, porque não tinham capacidade financeira para responder a todas as necessidades familiares, e em que estas não seriam prioritárias. Era pouco, mas não era para todos. -----

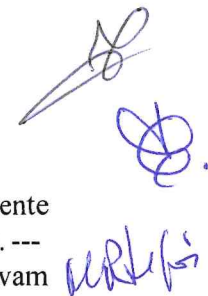
----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que do lado da Câmara não tinha sido a Senhora Vereadora dos direitos sociais e sim o Senhor Vereador Ângelo Pereira, que tinha o pelouro da causa dos animais, era natural. De todo o modo, a verdade era que a Senhora Vogal Ana Rita Costenla só apresentou revogações de protocolos e a Vogal Paula Carvalho apresentou, e muito bem, um protocolo que acrescentava qualquer coisa à causa animal, ao problema dos animais e também das famílias.-----

----- Uma vez mais saudava a Senhora Vogal, que apresentou este importante protocolo, que apresentasse mais como este.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Vogal Paula Carvalho. -----

----- Vogal do Executivo Paula Carvalho disse que este protocolo ia realmente acrescentar alguma coisa, mas iria diferenciar também o que era feito com a Câmara. ---
----- A Câmara dava o chapéu e, depois, as Juntas, que eram quase todas, entravam nesses protocolos localizados.-----
----- Quanto ao gabinete e à ANIMAIS DE RUA, podia falar pela Doutora Ana Rita, foi uma decisão das duas. Toda a gente conhecia o seu amor pelos animais, mas houve algumas situações que desagradaram, nomeadamente nalgumas finalizações de recolha de animais, que não queria estar a explicar.-----
----- Todos tentavam ter uma vida mais ou menos boa, até os animais, se fosse possível, era o que gostariam. Não era fácil. Com a Doutora Ana Rita estavam ainda a fazer um novo protocolo com a ANIMALIFE e, esse sim, ia à rua. O que estava, era para as pessoas com dificuldades em ter os animais em casa.-----
----- Ainda nesse dia tinha ido ao veterinário com o seu animal e foram 200 euros. Nem toda a gente conseguia, a si também fazia mocha, mas era mesmo assim. Havia pessoas que não conseguiam mesmo.-----
----- A outra parte do protocolo estava a ser analisada também.-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 57/2023, relativa à celebração de um protocolo com a Associação ANIMALIFE para desenvolvimento do projeto Street-Vet – Vet na Rua**, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.-----
----- **Ponto 6 – Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 8/2023, relativa à aprovação de medidas excecionais e temporárias de apoio ao emprego e ao comércio, no âmbito do contexto socioeconómico e de combate à inflação, para vigorar no ano 2023;**-----
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha um problema com o ponto 6 e presumia que o Senhor Presidente da Junta pudesse esclarecer. Não era um regulamento, era um ato administrativo, aliás um conjunto de atos administrativos de isenção a pessoas concretas ou empresas concretas, de taxas fixadas no Regulamento de Taxas da Freguesia. Isto não era competência da Assembleia de Freguesia.-----
----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----
----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que do ponto de vista jurídico não seria necessário vir à Assembleia. O que estava em causa não era o regulamento, era a aplicação do regulamento e a aplicação de taxas.-----
----- Estava explicado que essa atualização não fosse de acordo com a totalidade prevista no regulamento aplicável. Podiam aumentar as taxas de ocupação do espaço para atividade comercial X e ali estavam a definir que aplicavam só uma atualização de metade daquilo que podia ser a aplicação concreta do regulamento.-----
----- Pensando bem, o Senhor Presidente da Assembleia tinha razão, era um ato administrativo de aplicação de um regulamento e como não ultrapassava os limites que a Lei impunha na aplicação das taxas não havia necessidade de ir ali, mas tendo ido, era a transparência que estava a acontecer, sem ser pensada propositadamente. Também já tinha ido no passado, por vezes existia esse vício constante, sempre foi assim e fazia-se.
----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que então poria à discussão e no, final, a votação sem os nomes. Isso caberia depois à Junta de Freguesia, particularizar a quem iria atribuir, embora a Assembleia pudesse ter conhecimento.-----
----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha.-----



----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que, se bem percebera, até há pouco tempo os comerciantes estavam isentos do pagamento da tabela e voltavam a pagar a tabela...-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que se mantinha uma situação que já existia no passado. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** explicou que essa proposta ia no seguimento de outra proposta, que já foi aprovada por unanimidade no passado. -----

----- No ano anterior, na Assembleia de Freguesia de 2 de maio de 2022, foi aprovada por unanimidade a proposta 13/2022, que previa os seguintes apoios aos comerciantes: a prorrogação de um apoio que ia no âmbito do Covid 19, aprovado pelo anterior Executivo e bem, que permitia aos comerciantes com perdas de faturação, uma poupança entre 30% a 100% na taxa fixa de ocupação, com base na faturação perdida, e isso aplicável ao primeiro trimestre de 2022; tinham ainda mais dois apoios, que era a taxa devida por ocupação dos espaços comerciais no ano de 2022, no montante equivalente a metade da taxa de compensação que foi implementada pelo Município de Lisboa durante a troika, durante um período económico e financeiro complicado e que terminou em 31 de dezembro de 2021. Deveria ter sido reposta em 100%, mas em virtude de ainda estarem num período a sair da pandemia, propôs-se que essa taxa só fosse reposta em 50%. Para além disso, desde a aplicação dessa taxa de compensação, muitos comerciantes não viam a sua taxa atualizada há muitos anos, o que configurava uma distorção do mercado, porque os comerciantes que entraram depois tinham o Regulamento de Taxas definido pelo Município de Lisboa e aprovado todos os anos e que devia ser aplicado. Propôs-se que essa atualização fosse derogada para o ano de 2023. -----

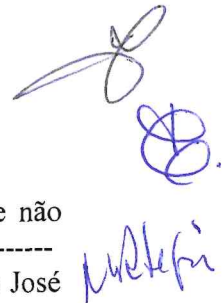
----- Estas três medidas tiveram um impacto nas contas da Junta e um incentivo para os comerciantes, em cerca de 49 mil euros. -----

----- Sairam do Covid, houve a guerra da Ucrânia, o que provocou um escalar da inflação, um aumento dos custos das matérias-primas e, acrescido a isso, a falta de mão-de-obra e o aumento de custo dessa mesma mão-de-obra. Portanto, teriam de aplicar o fim da taxa de compensação e, para além disso, teriam que atualizar na totalidade as taxas de ocupação ao regulamento existente para o ano de 2023. -----

----- Como isso teria um peso bastante grande para os comerciantes em causa e que não eram todos, os que não estavam na lista pagavam o valor que estava definido no Regulamento de Taxas da CML, decidiu-se, e estavam a propor, que pagassem apenas o aumento de 50% do valor que seria devido, e os restantes 50% ficassem para atualizar em 2024, em virtude dessas situações de aumento do custo de vida, aumento da matéria-prima, aumento da inflação e das taxas de juro. -----

----- A proposta era para ajudar os comerciantes num momento difícil, porque saíram do Covid, mas havia mais situações que impactavam económica e financeiramente. Esse incentivo para os comerciantes e que tinha impacto na angariação de receita da Junta de Freguesia, era estimado em 23 mil euros. -----

----- Tinham vindo a fazer alguns investimentos relevantes no Mercado de Alvalade, muitos deles não eram visíveis para os comerciantes e para os visitantes, eram intervenções no *back-office* do mercado, mas que eram fundamentais, em virtude das condições estruturais que todos sabiam. A Câmara Municipal estava a terminar o caderno de encargos para haver um concurso de remodelação e renovação do mercado,



tentando a Junta, com as sugestões que ia dando ao Município de Lisboa, que não perdesse autenticidade, mas que passasse para o século XXI.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que a economia da Junta nunca contou com essa taxa, que esteve isentada até 31 de dezembro de 2021. Desde que o mercado passou para a gestão da Junta, desde 2013, nunca a Junta precisou dessa receita. -----

----- Iriam votar favoravelmente, como votaram no passado, mas a verdade era que havia um aumento das taxas aos comerciantes do mercado, e até 31 de dezembro de 2021 a Junta nunca contou com essa receita. -----

----- Finalmente um pequeno aparte e uma graça ao Senhor Presidente, agradecer e saudar o reconhecimento, que de facto, a transparência era uma coisa que vinha do passado e que havia um certo incentivo.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Eusébio. -----

----- **Membro Nuno Eusébio (MMA)** disse que o Membro José Ferreira tinha sempre tanta graça que ia ofuscar a sua intervenção, quem ia a seguir já não conseguia ter a mesma graça. -----

----- Relativamente à questão do mercado, só queria chamar a atenção que iria votar favoravelmente, era a favor de todo este tipo de medidas e incentivos, mas havia uma questão que não sabia se todos se aperceberam: o Mercado de Alvalade tinha cada vez menos bancas e menos gente e estava cada vez mais caro. Havia um ciclo infernal e provavelmente teriam de adotar outro tipo de medidas. Não lhe perguntassem quais eram, não era o Presidente da Junta, nem estava no Executivo, mas essas medidas eram importantes e tal como o PS, também saudava as medidas, mas provavelmente, a muito breve trecho, não seriam suficientes.-----

----- O Mercado de Alvalade, independentemente de todos os investimentos, tinha qualquer coisa que se estava a degradar e estava a perder, e era uma pena, porque toda a gente ia ao Mercado de Alvalade fazer compras, até o Primeiro-Ministro aparecia no Mercado de Alvalade, e era uma pena que deixasse de ir comprar o seu peixe, porque não conseguia suportar o custo.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** comentou que o problema era não aumentarem o vencimento dos políticos, por medidas demagógicas.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinham essa consciência desde que chegaram, não era de agora. As obras que eram necessárias, alguns acidentes que aconteceram, alguma necessidade urgente de intervenção, mas tinham de ser intelectualmente honestos e não era competência da Junta. Era responsabilidade da Junta fazer alguma coisa por isso, não estava a fugir às responsabilidades, mas a Junta não tinha competência para intervir diretamente no mercado. -----

----- Fizeram-se várias reuniões, até chegaram a reunir de propósito sobre essa matéria com o Presidente da Câmara para alertar precisamente para a necessidade urgente de uma vez por todas, avançar com o projeto de requalificação do mercado. Depois das insistências foi garantido que se estava em fase de ultimar o projeto. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Vogal Tomás Gonçalves. -----

----- **Vogal do Executivo Tomás Gonçalves** disse que o Mercado de Alvalade estava a necessitar de uma reabilitação profunda, o Município de Lisboa estava a fazer o caderno de encargos no âmbito de um concurso de ideias que foi lançado em 2021 e a que

concorreram duas empresas, esse caderno de encargos esperava estar pronto até ao final de junho, para lançarem o concurso. -----

----- Na senda da preocupação por o Mercado de Alvalade ter menos comerciantes, em termos de números não era verdade. Fizeram-se dois concursos públicos para ocupação das bancas e lojas vazias, concorreram quatro comerciantes e saíram outros quatro. O número estava equilibrado, a nível de visibilidade parecia estar mais vazio e era uma preocupação. -----

----- Duas semanas atrás, tiveram uma reunião com cerca de trinta comerciantes do mercado para tentar encontrar uma solução, o que podiam fazer enquanto as obras não arrancavam, para poder dinamizar mais o Mercado de Alvalade. Foi unânime que havia uma questão de horário, que não era convidativo e, principalmente, ao dia de semana, para que a população se pudesse dirigir ao mercado. Abria muito cedo e encerrava às duas da tarde e tinha de haver um consenso para essa mudança de horário. -----

----- Houve um compromisso por parte da Junta para tentar encontrar uma harmonia e um consenso entre os comerciantes para experimentar outro horário, a ver se ajudava a dinamizar o mercado. Não sabia se iria ser fácil um consenso amplo nessa matéria, mas estavam a fazer esse esforço, a perguntar a cada um dos comerciantes qual o horário que achavam que o mercado devia ter e que impacto poderia ter na condução do seu negócio. -----

----- Era importante frisar que o volume de investimentos no Mercado de Alvalade, em virtude da sua condição de degradação, tinha sido bastante elevado e por vezes superior aos outros anos. Em 2022, a Junta investiu 129 mil euros, e só no primeiro trimestre, já ia nos 49 mil, intervenções urgentes e que eram mesmo necessárias. Isso demonstrava bem a dificuldade que era gerir o mercado, estavam ali para isso, tinham de tentar encontrar soluções com os comerciantes, e com eles estavam a tentar a melhor solução nesse hiato temporal, enquanto as obras não aconteciam. -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o que propunha era que se votasse a ratificação nos termos do Código do Procedimento Administrativo, os normativos aí estavam corretos, da isenção que a Junta de Freguesia já aprovou e já votou. Essa parte da isenção era competência da Assembleia e por isso propunha que fosse ratificada essa isenção. O que queria evitar era aprovar nomes concretos. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira, para uma interpelação à Mesa. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que não era jurista e já estava um pouco confuso sobre o que estariam a votar. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que era muito simples. A Junta deliberou atribuir uma isenção a determinados comerciantes de uma taxa municipal para o ano 2023. Isso era com a Junta, mas na parte em que havia uma isenção de uma taxa era uma alteração ao Regulamento das Taxas e aí era com a Assembleia. A Junta já fez isso e a Assembleia ia deliberar ratificar ou não essa decisão de isenção da Junta de Freguesia. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que então queria só deixar uma nota. Era meia isenção e na prática era um aumento. Estava-se num momento difícil economicamente, com a inflação e tudo o que sabiam. A CDU iria abster-se porque não devia esse aumento ocorrer. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **ponto 3 da Proposta nº 8/2023, relativa à aprovação de**

medidas excecionais e temporárias de apoio ao emprego e ao comércio, no âmbito do contexto socioeconómico e de combate à inflação, para vigorar no ano 2023, tendo a Assembleia deliberado aprovar, por maioria, com 17 votos a favor (PSD, CDS-PP, PS, IL BE, MMA e Chega) e 2 abstenções (CDU)-----

----- **Ponto 7 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 16/2023, relativa à proposta de adenda ao contrato de delegação de competências com a Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação Lisboa – vertente de apoio a agregados familiares;**-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Vogal Paula Carvalho. -----

----- **Vogal do Executivo Paula Carvalho** disse que era mais uma adenda ao fundo que já existia, tornava-se mais abrangente, aumentava os valores. Era preciso combater as consequências generalizadas junto da população em geral e, portanto, também das pessoas mais desfavorecidas.-----

----- As condições de acesso eram as que dizia, atualmente era sobre 70%, reduzindo consideravelmente os 30 em vez de 20%. Essas eram as grandes alterações. Apenas uma adenda àquilo que já tinha sido feito e aquilo que fosse necessário e também ficou aprovado que seria apenas corrigido pelos Vereadores dos direitos sociais e das finanças. Não precisaria depois de muito mais. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que esta medida foi aprovada em janeiro e estavam em maio. Concordava com a urgência da medida e iriam votar favoravelmente, ainda mais dentro do quadro económico que se vivia. Nada impedia que tivessem outras Assembleias e se era urgente, estavam disponíveis para as ter e discutir esses e outros assuntos que fossem urgentes. -----

----- Já falaram disso na primeira sessão, não agradava estarem tantos meses depois a discutir estas medidas. Iriam votar favoravelmente e pensava que seria aprovada, mas não era uma valorização do papel da Assembleia isto acontecer. Gostariam de ter tido oportunidade para se pronunciar mais cedo e assim esperava que fosse no futuro, mas naturalmente que votariam a favor, por muitas razões.-----

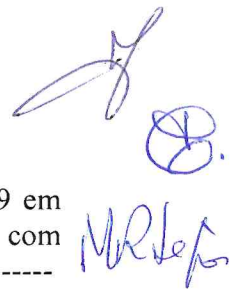
----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta nº 16/2023, relativa à proposta de adenda ao contrato de delegação de competências com a Freguesia de Alvalade, no âmbito do Fundo de Emergência Social e de Recuperação Lisboa – vertente de apoio a agregados familiares**, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade. -----

----- **Ponto 8 - Apreciação, discussão e votação da Proposta nº 87/2023, relativa à aprovação do novo Regulamento “Alvalade em Férias Crianças e Jovens”**-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que se confrontaram com a necessidade de aumentar um conjunto de atividades e iniciativas no âmbito deste “Alvalade em Férias”. Desde logo passavam a ter três programas, não só o verão, mas também o Natal e a Páscoa. Aumentou o número de participantes, tinham 378 até 2021, em 2022 já tiveram 504 e em 2023 previam 564. Deu-se resposta a sugestões e pedidos de algumas famílias em idade de participação, dos seis aos dezasseis. -----

----- Estava também prevista uma bolsa de voluntários, precisamente para incluir os jovens que tivessem mais de dezasseis anos, nomeadamente dezassete anos, para que pudessem, como voluntários, continuar a ter uma ocupação nos períodos não letivos. ---



----- Previam-se ainda o aumento de monitores, de 18 em 2021, passavam a ter 29 em 2023, e nesse quadro incluíam-se terapeutas especializados para participantes com necessidades especiais. -----

----- Os aumentos dos valores de alimentação, em 2023 seriam mais 220 pessoas diariamente, com pequeno-almoço, almoço e lanche. Os valores tinham em conta o escalão do abono de família e só contribuía as pessoas que tivessem possibilidade. ----

----- Além disso, fez-se uma análise de todas as outras 23 Juntas de Freguesia, incluindo Carnide, e verificou-se que todas, por necessidade, não foi com certeza por capricho, precisavam de verbas para garantir a qualidade dos serviços prestados. Passava a não ser uma atividade gratuita, e comparando com outras Freguesias e outras instituições que também promoviam este programa, que cobravam por necessidade para prosseguir os objetivos de melhor qualidade, aumentar o número de participantes, aumentar o número de monitores e, neste caso, até com o objetivo de maior inclusão, com terapeutas especializados para participantes com necessidades especiais e também os aumentos nos valores da alimentação, parecia estar justificado. -----

----- Solicitou que a Vogal Ana Rita Costenla pudesse dar mais explicações sobre esse regulamento. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** pediu que realmente fosse clarificado, porque tinha duas propostas, a 77 e a 87. Presumia que a mais recente anulava a anterior, mas queriam ter todos a certeza do que iam votar. A 87/2023 era mais recente, aprovada em 27 de abril, a outra era de 13 de abril. Pedia esse esclarecimento. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à Secretária do Executivo. -----

----- **A Senhora Secretária do Executivo** disse que era de facto a proposta nº 87, porque fizeram umas alterações à anterior proposta e havia alguns artigos que não eram diretamente relacionados com as alíneas. Estiveram a corrigir tudo e apresentou-se uma nova proposta de regulamento. -----

----- Como o Senhor Presidente disse, foram quatro anos sem ser feito um novo regulamento e tinham surgido vários pedidos. No ano anterior houve muitos pedidos dos jovens que teriam o seu último “*Alvalade em Férias*”, com catorze anos. Pediram para ser alargado até aos dezasseis e depois para serem voluntários, que gostavam de ser monitores. -----

----- Os seus filhos ainda não tinham essas idades, mas tinha sobrinhos já mais velhos. Todos sabiam o que era a adolescência e os perigos que acarretava, e pensou-se que era uma boa ideia convidar os jovens até aos dezasseis a participarem nas atividades e os jovens com mais de dezassete anos a serem voluntários, não estando o dia todo à volta do computador ou a fazer coisas que não deviam. -----

----- Fez-se o novo regulamento, alargou-se o programa ao Natal e à Páscoa, se bem que no Natal ia variar a existência ou não, consoante a data do Natal e do fim-de-ano, mas na Páscoa, as famílias normalmente tinham uma dificuldade enorme em colocar os seus filhos nalgum lado quando estavam a trabalhar. -----

----- Aumentou-se a idade, a criação da bolsa de voluntários, iam incluir as crianças e jovens que frequentavam as escolas da Freguesia e havia a introdução de uma participação financeira que permitia um maior número de participantes e um programa mais diversificado, tanto ao nível das atividades, como do apoio e da quantidade de monitores. -----

----- Queriam criar um campo inclusivo, em que pudessem ter três crianças em cada dez com necessidades especiais. Para isso, também precisavam de alguns monitores mais especializados. -----

----- Haveria uma ficha no final de avaliação, mas era de salientar que os custos suportados pelas famílias eram apenas uma parte muito pequena do valor global do programa, que era pago maioritariamente pela autarquia, mas claramente superados pelos benefícios que iam proporcionar à comunidade mais jovem da Freguesia de Alvalade. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** acrescentou que fizeram uma análise comparativa, porque era sempre necessário fundamentar as razões que levaram a esta decisão, e eram óbvias, melhorar os serviços e aumentar o número de potenciais beneficiários, implicaria terem capacidade financeira para o fazer, mas analisando as outras Freguesias, que todas elas visavam dar respostas mais adequadas e melhores aos seus residentes e aos seus fregueses, esta continuava a ser a taxa mais baixa aplicada na área geográfica do Município de Lisboa. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Nuno Eusébio. -----

----- **Membro Nuno Eusébio (MMA)** disse que o Movimento “Mudar Alvalade” era a favor de todas estas medidas. Tudo o que fosse para melhorar estavam lá. -----

----- O Praia-Campo já existia há muitos anos na Freguesia e tinha sido sempre um sucesso. A sua filha mais nova já tinha frequentado e lembrava-se do Engenheiro Luis Aires estar à frente da Praia-Campo, de facto era um espetáculo ver o dinamismo e as situações que se criavam, que entretinham as crianças durante quinze dias. -----

----- Alargar isto até aos dezasseis anos parecia uma medida excelente e todas as medidas pareciam francamente boas, mas deixava a pergunta de qual era o valor total que a Junta gastava com esta atividade. Saber até que ponto, havendo outras instituições que faziam este tipo de atividades na Freguesia, algumas privadas, até que ponto não poderia a Junta articular-se com essas outras instituições e obter os mesmos resultados, com um custo muito menor e a mesma qualidade. -----

----- Eram questões que deixava no ar, não estava a tecer qualquer tipo de afirmações, mas tinha pena e lamentava quando havia instituições, havia associações, que faziam o mesmo tipo de trabalho e estavam a repetir o trabalho de outros. Se calhar eram os outros que estavam a repetir, também era uma questão, mas era importante começar e ao abrigo da tal transparência que pugnavam a 100%, pensar o que se gastava e se obtinham a mesma qualidade que teriam se articulassem essa atividade com outras instituições da Freguesia, que eram várias e que praticavam esse tipo de atividades. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Jose Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que a alteração corrigida ao regulamento do programa “*Alvalade em Férias*” tinha aspetos positivos, como o alargamento de idades, a possibilidade de atividades nas pausas escolares de Páscoa e Natal, etc., conforme foi referido na apresentação, mas a grande alteração era a transformação de um programa totalmente gratuito, para um programa pago. Ou seja, para uma fonte de receitas do Executivo, taxando agressivamente os alvaladenses e as famílias. -----

----- Um instrumento público, que para além dos seus objetivos concretos, permitia devolver aos cidadãos alguma coisa dos impostos que pagavam, passava a exigir novas taxas e aumentar o esforço das famílias. Eram 160 euros por criança, um segundo filho remetia a taxa média para 140 euros por criança, em particular num momento de guerra, de aumento de taxas de juro do crédito à habitação, da inflação, demonstrando insensibilidade social às famílias de Alvalade. -----

----- Um aumento de zero euros para 160 euros, para uma família que tivesse uma criança. Uma família com duas crianças pagaria 280 euros, era disso que estavam a falar ali. -----

----- As regras do subsídio de família tinham condições de recurso, nas famílias de Alvalade não era muito comum receberem subsídio de família. -----

----- Talvez o corte de algumas assessorias fosse uma melhor fonte de financiamento deste programa. Apelava a todos na Assembleia de Freguesia para que pudessem impedir este aumento de taxas às famílias, reprovando essa nova taxa, que ia onerar em muito a economia familiar das famílias de Alvalade. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Paulo Amado. -----

----- **Membro Paulo Amado (CDS-PP)** disse que estava na bancada do CDS e achava por bem fazer algumas considerações. -----

----- Julgava que o tema “*Alvalade em Férias*” estava exposto na proposta do Executivo de forma tão elucidativa, que era esclarecedora logo na primeira leitura. Portanto, fazia algumas considerações, mas sobre diretrizes que julgava ser importante salientar, por estarem subjacentes e sustentarem a estratégia seguida na proposta, porque fomentavam a concretização do direito individual do exercício da cidadania consagrado na Constituição, mas também como um dever para com a sociedade, dever para com os outros. -----

----- O “*Alvalade em Férias*” era um projeto educativo durante o tempo de férias das crianças e jovens de Alvalade e foi desenvolvido centrado num traço que, sendo um trabalho em equipa, era característico da Doutora Ana Rita Costenla, que tinha esse pelouro e que sempre punha um traço de responsabilidade social. Neste caso, seria um traço de responsabilidade individual, com base no conceito de equidade, sem discriminações. -----

----- Tal como constava na nova diretiva europeia sobre o desenvolvimento do normativo, que era conhecido por ESG, sobre governança e eficiência, que passava para o membro de uma organização, individualmente, o que antes era responsabilidade da empresa. -----

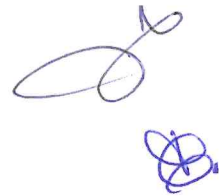
----- Neste caso do “*Alvalade em Férias*” apelava-se à responsabilidade social individual de cada freguês de Alvalade, para que um maior número de jovens fregueses usufruísse dessas férias e nas melhores condições possíveis, devido a uma contribuição de cada um, para compensar despesas gerais, consoante as suas disponibilidades. -----

----- Consequentemente, pensavam que a proposta do Executivo, criada por uma visão oportuna, pretendia assim concretizar um objetivo justo, ficando provada a capacidade de concretização e que, como já foi dito, dificilmente outra Freguesia conseguiria fazer melhor para proporcionar bem-estar aos jovens fregueses e consequentemente aos seus progenitores, sem discriminações. -----

----- Por isso era uma daquelas propostas que a bancada do CDS iria votar a favor. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que ia direito ao ponto essencial da proposta e que era passar a cobrar pelo “*Alvalade em Férias*”. A grande diferença face aos regulamentos anteriores era de facto o pagamento por participante, que podia chegar até 160 euros por duas semanas de “*Alvalade em Férias*”. Isso era uma alteração completa face aos programas anteriores e que, na opinião da CDU, contrariava o espírito do programa, que era ser inclusivo e tentar que todos os interessados elegíveis pudessem participar. -----



----- A CDU manifestava-se contra esta alteração substancial, que prevortia as intenções do programa.-----

----- Se a Junta anunciava uma série de iniciativas gratuitas, porque terminava esta iniciativa, que até agora foi gratuita para crianças e jovens? Ainda por cima, nesta fase em que estavam as famílias com dificuldades financeiras por causa do aumento do custo de vida. Perguntou se isto seria um prenúncio para externalizar esta atividade.-----

----- Esta proposta era emblemática. Por vezes falava-se na política, qual o interesse e para que servia, mas isto era a política, as opções, o que se fazia com o dinheiro público, e mostrava-se a visão que tinham para a população.-----

----- Percebia-se que neste caso, para o Executivo, as prioridades eram outras, e a CDU votaria contra, esperando que esta proposta não fosse aprovada. Se fosse, receavam que as oficinas para crianças e jovens pudessem seguir este caminho e passassem a ser pagas.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o surpreendia este discurso. Pensava que queria que os ricos pagassem e houvesse uma proporcionalidade. Isto ia desde 2 euros e meio, até 160 euros. Não entendia porque havia de ter os seus filhos de forma gratuita quando podia, felizmente, pagar.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não era surpreendente, a demagogia acontecia muitas vezes.-----

----- De facto, todas as atividades de uma entidade pública eram pagas pelos cidadãos, eram pagas pelos impostos, pelas taxas. Portanto, assumiam com toda a honra que eram social-democratas e aplicavam o princípio da igualdade, integrando o conceito de equidade. Não eram marxistas, isso não. Aplicavam, tratando por igual o que era igual e diferente o que era diferente, outros pensariam de outra forma e era legítimo, por isso estavam em democracia e era legítimo confrontar, mas havia o mínimo de decência e coerência na política.-----

----- Essas práticas não eram exclusivas da Freguesia de Alvalade e de pessoas que integravam partidos políticos. Felizmente que existiam diferentes opções estratégicas, e podia dar o exemplo de Carnide, CDU, em que a taxa mais baixa era de 20 euros, em Alvalade a taxa mais baixa era de 2 euros e meio. Em Benfica, PS, a taxa mais baixa era 10 euros.-----

----- Se fossem honestos, iam ler o regulamento todo. As pessoas que não podiam de facto suportar esse custo, não pagavam, estavam isentas, eram previstas inúmeras isenções. Ali era o princípio da equidade.-----

----- Das duas uma, ou como acontecia na saúde e noutros sítios, iam degradar os serviços, porque não tinham capacidade financeira para os suportar, ou encontravam na comunidade uma resposta que fosse justa, equitativa, não era igualitária, não viam a sociedade dessa forma, que permitia com 2 euros e meio uma pessoa com um salário pequeno, conseguisse ter os quatro filhos, se fosse só um pagava dez euros.-----

----- Respondendo a um aparte, disse que não se regulavam por populismo ou demagogia, tinham convicções. Se era demagogia, todos os outros autarcas do PS no Município de Lisboa eram demagogos. Havia coisas que não ia aceitar, demagogia e populismo não. Podiam criticar e estar contra, era legítimo que o fizessem, mas argumentos que eram demagogos e completamente irracionais não ia aceitar, tinha esse direito.-----

----- (diálogos cruzados)-----

----- Desta forma, a proposta teve um fundamento, não mantinham tudo como estava, não aumentavam as taxas, porque se lembraram. Havia uma participação, porque

tinham o objetivo e o propósito, honesto e concreto, de aumentar a possibilidade de mais crianças participarem neste projeto. -----

----- Havia uma alternativa, que era gastar o dinheiro dos impostos das pessoas. Não era por acaso que Portugal era o País com maior taxa fiscal da União Europeia. Não iam por esse caminho e assumiam, preferiam uma justiça distributiva, que era um dos conceitos e não bastava só a teoria, um dos princípios assumidos pela social-democracia. Era o que estavam a fazer. Se não concordavam, estavam no legítimo direito, mas não fizessem demagogia sobre esta matéria, porque ao o acusarem de estar a cobrar taxas aos cidadãos, estavam a acusar todos os autarcas honestos que o faziam por necessidade e não por capricho. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que, uma vez que foram adjetivados num conjunto de questões, a verdade era que em Alvalade eram zero euros e passavam a ser 160. Um segundo filho, ficava a uma taxa média de 140 euros. Essa era a verdade, antes eram zero euros e agora eram pagos 140 euros de taxa. -----

----- Era uma escolha, o Senhor Presidente entendia pegar nos recursos da Junta e financiar outras atividades quando podia, em vez disso, financiar o programa “*Alvalade em Férias*”, expandindo a oferta como estava proposto. Mas não, preferiu gastar esse dinheiro noutras atividades, era uma opção, e para financiar a expansão que quis fazer do “*Alvalade em Férias*” taxava as pessoas. Essa era a verdade. -----

----- Depois, podia ir-se louvar de outras, mas não estavam ali a avaliar a Junta de Freguesia de Benfica ou de Carnide, estavam a avaliar e a controlar a Junta de Freguesia de Alvalade. A verdade era, que o programa era gratuito e agora propunha-se passar a ser pago. -----

----- Essa era a realidade. Depois, como o Senhor Presidente disse, “*com o mal dos outros posso eu bem*”, teria usado esse argumento no ponto 4 e concordava, mas em Alvalade era gratuito e a proposta que os Senhores faziam era para taxar os cidadãos. ---

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Sérgio Oliveira. -----

----- **Membro Sérgio de Oliveira (CDU)** disse que o Senhor Presidente vinha preparado para se defender com números de outras Freguesias. Estavam a falar de Alvalade e as outras Freguesias teriam o poder de decidir como entendessem. -----

----- O que estava ali a acontecer não era que apenas os ricos passavam a pagar, era praticamente toda a gente, tirando as crianças que não estavam institucionalizadas iam passar a pagar. Sabia-se que era um momento difícil para a classe dita média, podia fazer diferença no seu orçamento. -----

----- Quanto a demagogia, esse programa anteriormente era gratuito e financiado com o dinheiro da Junta. Não era uma proposta de quem estava na oposição por estar e que atacava por atacar, quando na verdade eram medidas que havia em anteriores mandatos e eram viáveis. Isso era inclusivo, porque toda a gente que queria pôr as crianças no programa, o podia fazer sem se preocupar com a questão económica, e isso deixaria de acontecer. Isso era o importante e emblemático dessa medida. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Aquino de Noronha. -----

----- **Membro Aquino de Noronha (CDU)** disse que na intervenção do Senhor Presidente ouvira que quem não apoiava esta proposta poderia ser demagogo, insinuou, e não utilizando a palavra “desonesto”, chamou-lhes desonestos. Era uma opção política. -----

----- Perguntou se sabia a Junta quanto dinheiro iria cobrar, fosse 2,50 ou 160, com esse pagamento que nunca existiu na Freguesia.-----

----- Queria lá saber o que se passava em Carnide ou em Benfica, referiam-se a Alvalade. Não sabia se eram 50 mil ou 60 mil euros, mas havia outros gastos, nomeadamente com assessores, em que a Junta podia poupar, tivesse menos assessores e tornava este programa gratuito.-----

----- Não era demagogia. Não era demagogia nem desonesto.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não era, mas de vez em quando resvalava.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria esclarecer algumas questões que não correspondiam à verdade. Primeiro, não era inclusivo, não havia monitores especializados para incluir crianças com sinais especiais, passava a haver.-----

----- Dizia e mantinha, que os argumentos utilizados, ainda por cima quando não era uma prática exclusiva desta Junta, face às necessidades, e que queriam melhorar e aumentar, e todas as iniciativas que faziam, seriam julgadas por quem devia julgar e que era o povo.-----

----- Era um compromisso eleitoral que tinham assumido, não foram inventadas agora. Todas as propostas faziam parte do programa e do compromisso eleitoral com os cidadãos e iriam continuar a fazer. Sabia que era contra a vontade de alguns, mas continuariam a fazer, porque era sua obrigação.-----

----- Promovia-se a melhoria do serviço prestado. Havia uma alternativa, que era deixar de fazer coisas, para fazer isto, isso era verdade, mas não era essa a sua alternativa, e era assumido claramente, e pelos vistos os cidadãos de Alvalade já se pronunciaram sobre as alternativas anteriores. Continuavam a querer ser julgados no futuro.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira.-----

----- **Membro José Ferreira (PS)** disse que abriu o programa do PSD que tinha guardado, a ver se de facto tinha ali o aumento de taxas no programa “*Alvalade em Férias*”. Tentara “*férias*” e não aparecia, tentara “*Alvalade em Férias*” e também não aparecia nenhuma vez.-----

----- O Senhor Presidente acabara de dizer que tinha isto previsto no programa, mas tinha consultado o programa do PSD/CDS às eleições e não constava.-----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não estava, como não estariam muitas iniciativas da Junta de Freguesia. Estavam incluídas em todos os propósitos e objetivos consagrados no programa, isso podia garantir. Não estava lá escrito “*Alvalade em Férias*”, não estava “*concertos na Aula Magna*”, não estava a iniciativa de ciência em laboratórios, nem o “*crescer com a música*”, nem tinha de estar.-----

----- Se não eram demagogia esses argumentos, não sabia o que seria, tinha de se arranjar no dicionário outro conceito, mas os propósitos e objetivos que estavam a prosseguir, da forma que haveria de ser julgada pelos cidadãos, legitimamente os juizes e livres de pensar, então aí veriam.-----

----- Na opinião do Executivo, que era legítimo em democracia a opinião ser diferente, no seu objetivo e estratégia, estavam a prosseguir os compromissos que assumiram com os cidadãos, nomeadamente, melhorar e aumentar a oferta nessas áreas e noutras pela via que entendiam ser mais adequada. Era legítimo que alguns não concordassem.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Proposta n.º 87/2023, relativa à aprovação do novo Regulamento “Alvalade em Férias Crianças e Jovens”**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (CDS-PP, PSD, IL, MMA e Chega) e 9 votos contra (PS, CDU e BE) -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro José Ferreira, para uma declaração de voto. -----

----- **Membro José Ferreira (PS)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Nós votámos contra porque consideramos que esta proposta onera as famílias, taxando agressivamente as famílias de Alvalade.* -----

----- *Ficamos surpreendidos por partidos que se dizem paladinos dos contribuintes e aprovam aumentos brutais de taxas aos alvaladenses.* -----

----- *Revemo-nos nalgumas propostas que foram feitas no regulamento, conforme referi na minha intervenção inicial. Esta, de aumento de taxas num programa que era gratuito e passou a ser pago, não nos revemos totalmente.* -----

----- *A Junta de Freguesia certamente que teria outras fontes de financiamento para este programa, que louvamos as perspectivas de alargamento e de aprofundamento do mesmo, mas seguramente que o financiamento devia vir de outras fontes.”* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que havia mais um lapso na convocatória, pelo qual se penitenciava. O ponto 9 tinha um relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no Estatuto do Direito de Oposição. Nos termos da Lei n.º 24/98, artigo 10º, esses relatórios eram enviados aos titulares do direito de oposição para se pronunciarem, não eram discutidos em Assembleia, a não ser que algum dos titulares do direito de oposição assim o requeresse. -----

----- Não era a Junta de Freguesia que o podia colocar à apreciação. E a discussão e votação nunca, era só apreciação. -----

----- Ele estava ali, tinham tempo, se algum dos titulares do direito de oposição requeresse a apreciação, ele estaria ali. De outra forma já o tinham e podiam pronunciar-se quando assim o entendessem. -----

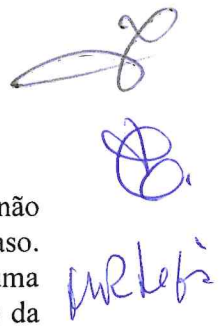
----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Membro Mário Branco. -----

----- **Membro Mário Branco (PS)** disse que queria salientar, como se podia confirmar pelas datas indicadas no relatório, os longos períodos que o Senhor Presidente da Junta levava a responder quando era solicitada informação.-----

----- Continuava a não haver relatório sobre a prevenção da corrupção e dos riscos conexos e se para outros partidos tal era aceitável, apesar de encherem o seu discurso com informação, transparência, escrutínio, para o PS continuava a ser importante saber a análise que o atual Executivo fazia e as medidas que implementava no âmbito da prevenção da corrupção. -----

----- Do mesmo modo que não havia relatório, também deixou de haver transparência nas reuniões do Executivo ordinárias, que não eram transmitidas. Não havendo relatório não sabiam qual era o grau de implementação de quaisquer medidas de prevenção da corrupção e das infrações conexas. -----

----- O Senhor Presidente já tinha referido que não se considerava obrigado pela Lei a fornecer esse relatório, mas essa frase também valia aquilo que valia, porque ora estava no programa do partido quando se candidatou, ora no minuto seguinte já não estava, ora hoje a Lei obrigava, ora amanhã a sua justificação seria uma opção política à qual a Lei não obrigava.-----



----- Aceitava que os critérios que orientavam a sua conduta fossem os seus, mas não servia de desculpa para não cumprir e não aumentar a transparência, que era ali o caso. Não servia de desculpa para recusar seguir o plano que foi aprovado por uma organização à qual presidia e que tentou vincular os detentores de cargos políticos da Junta de Freguesia de Alvalade, em particular pessoas que pudessem ir e não querer ser suficientemente transparentes e não querer estar sujeitos ao escrutínio público. -----

----- Não estava obrigado pela Lei, e a sua consciência democrática, serviria só para encher o discurso do 25 de Abril ou discursos acerca da transparência e do escrutínio público. -----

----- Se não concordava com o plano, aí tinha de lançar um desafio, porque não podiam aceitar que se continuasse a ignorar esta circunstância, os tempos eram outros e era exigível a qualquer autarquia e qualquer entidade pública que aceitasse ser escrutinada e que tivesse medidas de prevenção da corrupção. Assumisse publicamente que não desejava cumprir o plano que foi aprovado na Junta de Freguesia de Alvalade e que continha um conjunto de medidas, renovasse o plano à sua maneira e dissesse então quais eram as medidas do Executivo para prevenir a corrupção numa instituição pública. Era esse o desafio que deixava. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que presumia e dava como adquirido que a intervenção do Membro Mário Branco significava que requeria a apreciação deste relatório na Assembleia de Freguesia. Para que ficasse formalmente esta questão. -----

----- Tendo pedido, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que esta matéria foi debatida com juristas da Junta de Freguesia de Alvalade quando foi confrontado com ela, eram os mesmos do passado e confiava na competência deles. A informação adequada, foi que a legislação alterou e que essa matéria não era como estava a ser tratada no passado, dependia também da intervenção de uma outra entidade. -----

----- Quando acabasse a reunião, se informalmente quisessem, estava ali a pessoa que tinha competência na matéria e que podia esclarecer melhor. Não era uma questão de ser obrigatório, era que a forma de se apresentar mudou, nos termos da Lei. -----

----- Depois, poderiam dar uma informação escrita da razão de ser, que não foi nenhum capricho, nem vontade subjetiva, foi precisamente porque se sustentou no parecer jurídico dos juristas competentes que tinham na Junta de Freguesia. -----

----- Para além disso, sem precisar de amigos que fizessem associações de transparência, iriam apresentar para que discutissem, criticassem e apresentassem sugestões, formas de transparência muito mais eficazes e claras para os cidadãos e não só para os políticos, para todos que quisessem e não conhecessem os dossiers, que não soubessem pesquisar por causa dos conceitos muitas vezes utilizados e também para lhes dizer que todas as outras formas de aplicação da Lei, nomeadamente no portal “denúncia”, que estavam a desenvolver. -----

----- Para que ficasse claro e em transparência, já se estava a iniciar um processo de consulta ou concurso, os juristas diriam qual a melhor forma, para se completarem todas as Leis, nomeadamente sobre a segurança e outras que eram mais complexas e que nenhuma Junta de Freguesia teria capacidade para responder a isso de uma forma eficaz e sólida. Para que houvesse transparência, mais uma vez seriam os procedimentos que os juristas indicassem como mais adequados e corretos, se era concurso público ou concurso limitado, mas esse processo já arrancou. Do ponto de vista político, já houve essa decisão e agora estavam os serviços competentes, de uma forma isenta, independente e autónoma, a levar por diante esse processo. -----


----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, verificando não haver mais intervenções, nem pontos para discutir, submeteu à votação a **Ata em minuta referente às deliberações tomadas na presente reunião**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Deu por encerrada a reunião. Eram vinte e três horas e quarenta minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.-----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----


Daueno
Man Repu te ja